

O SUJEITO NEOLIBERAL E A EDUCAÇÃO COMO CAPITAL HUMANO **[THE NEOLIBERAL SUBJECT AND EDUCATION AS HUMAN CAPITAL]**

Cristiane MARINHO

Professora Associada de Filosofia da
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Doutora em Filosofia (UFG); Pós-doutora
em Filosofia da Educação (UNICAMP).
E-mail: cristiane.marinho@uece.br

Resumo

Este artigo trata dos processos de subjetivação do sujeito neoliberal e da abordagem sobre um dos principais investimentos do capital humano, a educação formal e informal, mostrando a sua importância para os processos de subjetivação do cidadão empresa de si mesmo. Aqui nos servimos das reflexões de Dardot e Laval nesses aspectos relativos à educação no neoliberalismo contemporâneo. Apesar de Foucault não ter se aprofundado nesses aspectos, os dois pensadores, autores do livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, aprofundaram diversas facetas contemporâneas do neoliberalismo relativas à educação a partir das análises foucaultianas presentes no *Nascimento da biopolítica*.

Palavras-chave

Educação neoliberal; Capital Humano; Foucault; Dardot; Laval.

Abstract

This article deals with the subjectivation's processes of the neoliberal subject and the approach to one of the main investments of human capital: formal and informal education; showing its importance for the subjectivation's processes of the corporate citizen of himself. Here we bring Dardot and Laval's reflections on these aspects of education in contemporary neoliberalism. Although Foucault did not delve into these aspects, the two thinkers, authors of the book *The New Reason for the World: An Essay on Neoliberal Society*, deepened several contemporary facets of neoliberalism related to education based on Foucault's analyzes present in the *Birth of Biopolitics*.

Keywords

Neoliberal education; Human Capital; Foucault; Dardot; Laval.





Introdução

O novo sujeito empreendedor é uma peça decisiva no exercício do poder neoliberal e se constitui como uma empresa a partir da racionalidade empresarial. Dentre vários dispositivos de poder utilizados nos processos de subjetivação do sujeito neoliberal, encontra-se também a educação, formal e informal. A escola neoliberal é um dos fatores decisivos no processo de subjetivação na sociedade empresarial, porque a educação se coloca a serviço da competitividade econômica como investimento no capital humano.

Para Dardot (2016, p. 24), tal como compreendido também por Foucault, o neoliberalismo não é só uma forma de governo, “mas também uma forma de existência e subjetividade que os políticos neoliberais – na esfera do trabalho, da educação, da saúde – tinham o objetivo de pôr em funcionamento”. Ou seja, o neoliberalismo transformou-se em um projeto político e social por intermédio da imposição de normas baseadas na concorrência e no modelo empresarial e que tem uma base de sustentação fortemente alicerçada nos processos de subjetivação.

A educação informal do neoliberalismo e processos de subjetivação

No capítulo que tem o sugestivo título “A fábrica do sujeito neoliberal”, presente no livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, para Dardot e Laval (2016), “a concepção que vê a sociedade como uma empresa constituída de empresas necessita de uma nova norma subjetiva, que não é mais exatamente aquela do sujeito produtivo das sociedades industriais” (p. 321). Esse novo sujeito ainda está se delineando, mas já é possível observar que ele é peça central no exercício contemporâneo das relações de poder neoliberal e é centrado no modelo da empresa, havendo “uma unificação sem precedentes das formas plurais da subjetividade [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 326).

Nesse contexto, afirmam esses autores, diversas novas técnicas contribuem para a fabricação desse novo sujeito unitário, a quem eles chamam, de maneira indiferenciada, de “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal” ou, simplesmente, *neossujeito*. Dessa forma, as

novas técnicas de fabricação do sujeito neoliberal não estão restritas às antigas disciplinas de adestramento dos corpos com o intuito de torná-los dóceis: “Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irreduzível do desejo que o constitui” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

Ou seja, o tão propalado “fator humano”, presente na literatura da neogestão, tem interpretação singular no novo tipo de poder. O indivíduo não é mais visto como um ser passivo, alienado e explorado no processo de produção, buscando, por isso, reconhecimento de condição humana digna e de melhores condições de trabalho. Para os neoliberais, agora,

[...] trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. O sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo. A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o “colaborador” da empresa, enfim, o *desejo* com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

Entretanto, este sujeito desejante não é somente o ponto na mira do poder, ele é muito mais que isso, ele é “o substituto dos dispositivos de direção das condutas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327). Ou seja, as novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito almejam levar o indivíduo a pensar que, ao trabalhar para a empresa, é como se trabalhasse para si mesmo, acabando, assim, com o sentimento de alienação e de distância entre o indivíduo e a empresa. O que deve motivar seu trabalho é a melhoria de sua eficácia, intensificando seu esforço, “como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327). O pensamento de que trabalha para ele mesmo ao trabalhar para a empresa, dispensa os dispositivos de direção de condutas. Assim, fica suprimido o sentimento de alienação, pois é como o sujeito obedecesse ao próprio desejo.

Nessa denominada “cultura de empresa” há o surgimento de uma nova subjetividade. A *governamentalidade empresarial*, dada à abrangência de sua racionalidade, consegue influenciar “as novas aspirações e as novas condutas dos sujeitos, prescrever os modos de controle e influência que devem ser exercidos sobre eles em seus comportamentos e redefinir as missões e as formas da ação pública” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 328). A racionalidade empresarial alcança e é absorvida pelo sujeito, pela empresa



e pelo Estado. Em todos eles prevalece o discurso da definição do homem desejoso de ser “bem-sucedido”, ter sucesso pelo próprio esforço empreendedor e, por isso, deve se deixar ser formado para alcançar seu objetivo de ser um empresário bem sucedido:

Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita, ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 328).

Sim, os eventuais fracassos do indivíduo empreendedor, do sujeito empresa, são de responsabilidade total dele próprio, pois, *a priori*, já estava estabelecido no jogo da economia de mercado que as condições são dadas igualmente para todos. A própria ideia de empreender, de empreendedorismo, está atrelada à concepção de inovadores astuciosos e inteligentes que alcançam o sucesso. Por isso, que “‘Empresa’ é também o nome que se deve dar ao governo de si, na era neoliberal” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 328).

Há uma valorização ideológica do modelo da empresa, a qual é considerada lugar de realização pessoal, “a instância onde finalmente se podem conjugar o desejo de realização pessoal dos indivíduos, seu bem-estar material, o sucesso comercial e financeiro da “comunidade” de trabalho e sua contribuição para a prosperidade geral da população” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 328). Contudo, por mais novas que possam parecer as atuais formas neoliberais de sujeição, elas não deixam de trazer as violências sociais do capitalismo, dizem esses autores: transformação do trabalhador em mercadoria; corrosão dos direitos do trabalhador; “novas formas de emprego” precárias, provisórias e temporárias; facilidade jurídica na demissão; diminuição do poder de compra; empobrecimento das classes populares.

Para esses pensadores, foi esse contexto de medo social que facilitou a implantação da neogestão nas empresas, bem como a retirada do Estado dos serviços públicos, diante de um processo crescente e constante de privatização. A soma desses fatores políticos e econômicos, juntamente com a generalização, para toda a sociedade, dos princípios da economia de mercado, pautados na concorrência e na empresa, levaram a “uma ‘naturalização’ do risco no discurso neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329). Dessa forma, foram transferidos os riscos para os assalariados e esse aumento da



sensação de risco possibilitou às empresas exigirem dos trabalhadores mais disponibilidade e comprometimento. Fragilizados, sem a rede de proteção dos serviços públicos, os trabalhadores atendem aos abusos das empresas e, assim, vai se formando um círculo vicioso que se retroalimenta.

Contudo, a permanência desse quadro de exploração capitalista da força de trabalho com todas as suas consequências, visto pelo lado do neoliberalismo como um quadro de oportunidade de crescimento, não significa que a neogestão não tenha trazido novidade e que o capitalismo tenha permanecido o mesmo:

Ao contrário, a grande novidade reside na modelagem que torna os indivíduos aptos a suportar as novas condições que lhe são impostas, enquanto por seu próprio comportamento contribuem para tornar essas condições cada vez mais duras e mais perenes. Em uma palavra, a novidade consiste em promover uma “reação em cadeia”, produzindo “sujeitos empreendedores” que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá, segundo a lógica do processo autorrealizador, que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329).

Nesse sentido, as modificações tecnológicas e sociais do “mundo do trabalho” têm demonstrado a importância decisiva das técnicas de controle no governo das condutas. Para Dardot e Laval, essa neogestão também é burocrática, corresponde a uma nova fase do capitalismo que impõe que ela seja mais sofisticada, individualizada, competitiva: “Nós não saímos da ‘jaula de aço’ da economia capitalista a que se referia Weber. Em certos aspectos, seria melhor dizer que cada indivíduo é obrigado a construir, por conta própria, sua ‘jaula de aço’ individual” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 330).

De fato, apesar do repasse da ilusão de sucesso, via empreendedorismo, no “novo governo dos sujeitos” o papel da empresa não é uma comunidade ou um lugar de realização pessoal, mas sim um instrumento e um espaço de concorrência e produção de mais-valia: “Ela é apresentada idealmente, acima de tudo, como o lugar de todas as inovações, da mudança permanente, da adaptação contínua às variações da demanda do mercado, da busca de excelência, da ‘falha zero’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 330).

Porém, na realidade, o sujeito é levado a conformar-se e buscar, incessantemente: ser o mais eficaz possível; ser entregue ao trabalho; buscar uma formação contínua; aceitar a flexibilidade do trabalho imposta pelo mercado. Nesse processo, o sujeito neoliberal deve se tornar:



Especialista de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal. Foi Margaret Thatcher quem deu a formulação mais clara dessa racionalidade: “*Economics are the method. The object is to change the soul*” [A economia é o método. O objetivo é mudar a alma] (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 330-331).

Como visto anteriormente, ocorre a generalização da racionalidade empresarial em todo o corpo social e nas relações humanas na sociedade neoliberal. Essa racionalidade é vantajosa porque “o léxico da empresa contém um potencial de unificação dos diferentes ‘regimes de existência’, o que explica os governos terem recorrido largamente a ele” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 331). O discurso empresarial tende a se mostrar, na política, como um articulador dos interesses individuais e coletivos. Assim, a forma empresa é apresentada como um modelo geral a ser imitado, uma atitude a ser seguida por todos, inclusive assalariados, uma maneira de ser que produz melhorias para todos. Para o neoliberalismo, as políticas públicas só favorecem o comodismo das pessoas. A sociedade empresarial, ao contrário, faz com que os indivíduos se tornem criativos e responsáveis por seus destinos, aumentando a produção de riquezas e sua distribuição. Nisso tudo está implicado a necessidade de uma correspondência entre o governo de si e o governo das sociedades, bem como o estabelecimento de uma nova ética definida pela empresa. Ou melhor, pelos parâmetros empresariais.

Essa nova ética implica na existência de uma “certa disposição interior, certo *ethos* que deve ser encarnado com um trabalho de vigilância sobre si mesmo e que os procedimentos de avaliação se encarregam de reforçar e verificar” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 332). O primeiro mandamento da ética do empreendedor é “ajuda-te a ti mesmo”, pois a grande inovação da tecnologia neoliberal é vincular diretamente a maneira como um homem “é governado” à maneira como ele próprio “se governa”, pois não se deve esquecer, aos olhos da governamentalidade neoliberal, indivíduo e empresa são um só. Ao trabalhar para a empresa, o indivíduo está trabalhando também para si próprio (cf. DARDOT; LAVAL, 2016, pp. 332-333).

Nessa perspectiva de uma ética neoliberal, Laval e Dardot (2016) observam que a empresa de si mesmo funciona como um *ethos* de autovalorização, no qual está implicada uma racionalização do desejo. Ou seja, no centro da norma da empresa de si mesmo está



a ideia de que cada indivíduo pode ter domínio sobre sua vida, controlando seus desejos e necessidades e elaborando estratégias que potencializem sua competência:

[...] trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos, que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho homem econômico, mas que procura sobretudo *trabalhar a si mesmo* com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz. O que distingue esse sujeito é o próprio processo de aprimoramento que ele realiza sobre si mesmo, levando-o a melhorar incessantemente seus resultados e seus desempenhos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 333).

Este trabalhador não pode mais seguir na passividade presente no sistema de assalariamento, existente antes do neoliberalismo, quando, no antigo sistema, somente recebia seu pagamento no final do mês e encarava a empresa como algo exterior a ele. Contudo, para ultrapassar esse “marasmo”, ele tem de se tornar uma empresa de si mesmo, pois “o grande princípio dessa nova ética do trabalho é a ideia de que a conjunção entre o projeto pessoal e o projeto da empresa, somente é possível se cada indivíduo se tornar uma pequena empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 334).

A valorização do trabalho do indivíduo no mercado tornou-se, portanto, uma responsabilidade do próprio indivíduo. É como se o contrato salarial fosse substituído por uma relação contratual entre “empresas de si mesmo”. Assim, dizem os autores, “desse ponto de vista, o uso da palavra ‘empresa’ não é uma simples metáfora, porque a atividade do indivíduo é concebida como um *processo de valorização do eu*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 335).

Essa valorização do eu está sempre relacionada ao aumento de produtividade e eficácia, dos quais a responsabilidade é inteiramente do sujeito. A fonte dessa eficácia está no indivíduo, ela não pode mais vir de uma autoridade externa, nem mesmo ser debitada na conta dos problemas econômicos, pois estes agora são compreendidos como problemas organizacionais. Por sua vez, para a gestão neoliberal, esses problemas organizacionais são problemas psíquicos, relacionados a um domínio insuficiente de si e da relação com os outros. Há uma psicologização da realidade econômica. O chefe não pode mais impor castigos, mas somente “vigiar, fortalecer, apoiar a motivação. Dessa forma, a coerção econômica e financeira transforma-se em *autocoerção e autoculpabilização*, já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 345).



Outra peculiaridade das técnicas neoliberais de gestão de si é que elas agem de forma radical, buscando transformar a pessoa em todos os domínios de sua vida. Há aí um grande interesse da empresa, pois todos os domínios da vida individual tornam-se potencialmente “recursos” indiretos para ela. Portanto, uma das grandes novidades da gestão neoliberal consiste em que “*toda a subjetividade*, e não apenas o ‘homem no trabalho’, é convocado para esse modo de gestão” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 346). Daí vem a compreensão de que a empresa seleciona e avalia de acordo com critérios cada vez mais pessoais, incluindo aspectos físicos, estéticos, relacionais, comportamentais etc.

No neoliberalismo, a responsabilidade pessoal também está presente nos riscos enfrentados pelo indivíduo. Dentre outras coisas, a chamada “sociedades de risco” se caracteriza pela diminuição do Estado social e leva à privatização das coberturas sociais. Antes, havia seguro social obrigatório para alguns riscos profissionais de assalariados, mas agora a política de riscos foi individualizada e gerida não mais pelo Estado social, mas pelas empresas e pagas pelo trabalhador (Conf. DARDOT; LAVAL, 2016, p. 348).

O mercado neoliberal apropriou-se do risco, que se tornou um setor comercial expressivamente rentável, devido à diminuição das políticas públicas e à privatização de muitos setores que cobriam diversos riscos. Diante desse quadro, é possível afirmar que hoje, simultaneamente, se produz o sujeito de risco e o sujeito da assistência privada. Trata-se de uma estratégia de mercado criada a partir da redução, pelos governos, da cobertura social. Gastos com doenças, aposentadorias e seguros passam a ser bancados pelo trabalhador.

Porque é visto como proprietário do seu capital humano, o novo sujeito deve se responsabilizar pelos investimentos que o fortalece, bem como pelo sucesso ou fracasso e suas escolhas. Em função dessa suposta autonomia, o neossujeito precisa fazer escolhas acertadas, seguindo um cálculo responsável de custos e benefícios, pois “os resultados obtidos na vida são fruto de uma série de decisões e esforços que dependem apenas do indivíduo e não implicam nenhuma compensação em caso de fracasso, exceto as previstas nos contratos de seguro privado facultativo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 346).

A distribuição dos recursos econômicos e as posições sociais alcançadas no neoliberalismo são consequência da realização pessoal. Dessa forma, o sujeito empresarial, que é mais exposto a riscos vitais, torna-se ainda mais responsável pela gestão desses riscos, a qual depende de suas decisões individuais. Na lógica neoliberal, esse aumento dos riscos, sua gestão e a responsabilidade sobre eles são próprias do



sujeito que é empresa de si mesmo. Há uma estreita correlação entre empreendedorismo e viver em risco: “O risco faz parte da noção de empresa de si mesmo”; “a empresa de si mesmo é reatividade e criatividade num universo em que não se sabe como será o amanhã” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 346). Porém, Dardot e Laval, referenciado em Beck, explicitam que, na verdade, todo esse conjunto de hiper individualização dos riscos e da gestão das responsabilidades sobre eles já é fruto do capitalismo avançado e ocorre devido à destruição da vida coletiva e seus aparatos institucionais, tais como a família e as classes sociais. Junte-se uma individualização radical: não há crise social, mas sim crises individuais e a desigualdade social é de responsabilidade individual. A solução também é individual e acontece pela mobilidade social do indivíduo.

No estágio do capitalismo avançado no nível do neoliberalismo americano, tem-se a retirada do Estado da cobertura das políticas públicas e a consequente abertura do mercado para as empresas privadas, bem como a manipulação das subjetividades em função do empreendedorismo, acarretando uma radicalização extremada da individualização dessa subjetividade neoliberal. Nesse cenário, os “riscos sociais” não são socializados, pois a sua cobertura vai para as mãos da iniciativa privada e, por isso, a responsabilização dos indivíduos é ainda maior, sujeitos micro empresas que devem resolver os problemas da precariedade social, tais como desemprego, saúde, educação etc. Dessa maneira, “[...] o indivíduo deve mostrar-se “ativo”, ser “gestor” de seus riscos; assim, consequentemente convém que suscite e alimente uma atitude *ativa* em questão de emprego, saúde e educação (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 349).

No modo de subjetivação neoliberal, qualquer decisão (médica, escolar, profissional) pertence de pleno direito ao indivíduo. Ele deve querer controlar o curso de sua vida, suas uniões, sua reprodução e sua morte, dizem Laval e Dardot (2016), mas também lembram que “essa ética ‘individualista’ é tratada como uma oportunidade de jogar todos os custos *nas costas* do sujeito, por mecanismos de transferência do risco que não têm nada de ‘natural’” (p. 350). No fundo, é uma estratégia neoliberal que consiste em partir da decisão pessoal das escolhas como uma questão de responsabilidade ética. É o que os neoliberais americanos chamam de *Accountability* [responsabilidade].

A novidade presente no auto governo empresarial do neossujeito está baseada na responsabilidade individual e no autocontrole: “A responsabilidade não é considerada uma faculdade adquirida de uma vez por todas, mas vista como resultado de uma interiorização de coerções” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 350). O indivíduo governa-se, a partir de sua



interioridade, por meio de uma racionalização técnica de sua relação consigo mesmo. Ser “empreendedor de si mesmo” é o melhor instrumento e caminho de seu próprio sucesso social e profissional. Por isso, é fundamental fabricar o homem *accountable* [responsável], mas não somente em função de uma ética individualista que possa levar ao sucesso, mas também porque as técnicas de produção do eu produtivo estão intimamente ligadas à própria produção material do trabalho.

Dardot e Laval (2016) lembram que os diferentes sentidos do termo inglês *Accountability* [responsabilidade] significam “que o indivíduo deve ser responsável por si mesmo, responder por seus atos diante dos outros e ser inteiramente calculável” (p. 350-351). Ou seja, a responsabilização do sujeito também entra no fator dos cálculos do custo e controle da produção: “a responsabilização dos indivíduos não os torna apenas responsáveis: eles devem responder por seu comportamento a partir de escalas de medidas dadas pelos serviços de gestão de recursos humanos e pelos administradores” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 351).

Uma das formas de manter a responsabilização sempre presente na consciência e no comportamento do neossujeito é a avaliação como condução de conduta pelo estímulo ao ‘bom desempenho’ individual. Contudo, de fato, ela é uma relação de poder “exercida por superiores hierárquicos encarregados da *expertise* dos resultados, uma relação cujo efeito é uma *subjetivação contábil* dos avaliados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 351). A instauração de técnicas de auditoria, vigilância e avaliação visa a aumentar essa exigência de controle de si mesmo e o próprio sujeito é “educado para reconhecer de antemão a competência do avaliador e a validade das ferramentas [de avaliação] (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 351).

Outro importante dispositivo de poder presente na vida do sujeito neoliberal e em seus processos de subjetivação é o dispositivo “desempenho/gozo”. Para esses autores, não é possível compreender “a extensão do desdobramento da racionalidade neoliberal, ou as formas de resistência encontradas por ela, se a víssemos como imposição de uma força mecânica sobre uma sociedade e indivíduos da qual eles seriam pontos de aplicação externos” (p. 353), tal qual acontecia em relação ao dispositivo industrial de eficácia. Inversamente, essa nova racionalidade é posta a funcionar como se o que é demandado pela sociedade empresarial estivesse em conformidade com que ela pensa e deseja.

O novo sujeito é o homem da competição e do desempenho. O empreendedor de si é um ser feito para “ganhar”, ser “bem-sucedido”. O



esporte de competição, mais ainda que as figuras idealizadas dos dirigentes de empresa, continua a ser o grande teatro social que revela os deuses, os semideuses e os heróis modernos. [...] Isso é verdadeiro para o mundo profissional, mas é verdadeiro também para muitos outros campos, como, por exemplo, a sexualidade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 353).

Portanto, a competição tornou-se um modelo de relação social que exige e impõe um bom desempenho. A eleição do desempenho como modelo foi que permitiu a naturalização do bom desempenho como dever do sujeito neoliberal, bem como “difundiu nas massas certa normatividade centrada na concorrência generalizada” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 354). O desempenho teve um peso bem maior do que o discurso econômico sobre a competitividade na formação desse novo sujeito neoliberal, que funciona como se fora uma empresa.

O sujeito neoliberal também é produzido pelo dispositivo desempenho/gozo. Nessa relação, novamente encontramos a simbiose entre sujeito e poder que marca os processos de subjetivação neoliberal. Ou seja, nessa situação, não há exterioridade do sujeito com relação ao poder que o constitui como sujeito governado.

Exige-se do novo sujeito que produza “sempre mais” e goze “sempre mais” e, desse modo, conecte-se diretamente com um “mais-gozar” que se tornou sistêmico. A própria vida, em todos os seus aspectos, torna-se objeto dos dispositivos de desempenho e gozo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 356).

Dois discursos implementam e fomentam o dispositivo desempenho/gozo: “Esse é o duplo sentido de um discurso gerencial que faz do bom desempenho um dever e de um discurso publicitário que faz do gozo um imperativo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 356). Além da tensão entre ambos, é importante ressaltar a equivalência entre o dever do bom desempenho e o dever do gozo, pois essa relação está ligada pelo imperativo do “sempre mais”, o qual

[...] visa intensificar a eficácia de cada sujeito em todos os domínios: escolar e profissional, mas também relacional, sexual etc. “*We are the champions*” [Nós somos os campeões] – esse é o hino do novo sujeito empresarial. Da letra da música, que a sua maneira anuncia o novo curso subjetivo, devemos guardar sobretudo esta advertência: “*No time for losers*” [Não há tempo para perdedores]. A novidade é justamente que o *loser* é o homem comum, aquele que perde por essência (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 356).

Para Laval e Dardot (2016), a norma social do sujeito mudou. Não se busca mais o equilíbrio, a média, mas sim o máximo desempenho, o qual deve nortear a vida, o comportamento e os sentimentos que cada indivíduo deve realizar em si mesmo. A explicação social para essa mudança se deve ao fato de que “a máquina econômica, mais



do que nunca, não pode funcionar em equilíbrio e, menos ainda, com perda. Ela tem de mirar um 'além', um mais, que Marx identificou como "mais-valor" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 356). A mudança dessa norma social, realizada pelo dispositivo desempenho/gozo, para esses autores, é resultado de um desdobramento máximo de seus efeitos exigido pelo regime de acumulação do capital.

Isso aconteceu quando o comprometimento subjetivo foi tal que a procura desse "além de si mesmo" tornou-se a condição de funcionamento tanto dos sujeitos como das empresas. Daí o interesse da identificação do sujeito como empresa de si mesmo e capital humano: a extração de um "mais-gozar", tirado de si mesmo, do prazer de viver, do simples fato de viver, é que faz funcionar o novo sujeito e o novo sistema de concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 356).

Esses autores analisam que a soma da subjetivação "contábil" e subjetivação "financeira" define "uma *subjetivação pelo excesso de si em si* ou, ainda, *pela superação indefinida de si*. Consequentemente, aparece uma figura inédita da subjetivação" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 357). Para eles, não se trata de uma "*trans-subjetivação*", "o que implica mirar um além *de* si mesmo que consagraria um rompimento consigo mesmo e uma renúncia de si mesmo" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 357). Mas também não é o caso de uma "*autossubjetivação*", na "qual se procuraria alcançar uma relação ética consigo mesmo, independentemente de qualquer outra finalidade, de tipo político ou econômico" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 357). Trata-se, efetivamente, de uma "*ultrassubjetivação*", aquela que não busca um estado último e estável de "posse de si", "mas um além *de* si sempre repellido e, além do mais, constitucionalmente ordenado, em seu próprio regime, segundo a lógica da empresa e, para além, segundo o "cosmo" do mercado mundial" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 357).

Passa a ser desenvolvida uma ortopedia psíquica que implica, portanto, numa psicologização das relações sociais, na qual a dimensão subjetiva tornou-se um instrumento objetivo de sucesso também para a empresa. A "motivação" foi tomada como princípio de uma nova maneira de conduzir os homens, seja no trabalho, nas escolas, nos hospitais etc. Assim, "a subjetividade, feita de emoções e desejos, paixões e sentimentos, crenças e atitudes, foi vista como a chave do bom desempenho das empresas" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 359). E esse bom desempenho é fruto da conciliação entre a subjetividade desejante e os objetivos da empresa que, por sua vez, é tido pelo neoliberalismo como um "humanismo empresarial", no qual o sucesso é um valor supremo.



A educação formal da escola neoliberal: subjetivação e capital humano

Como visto, Dardot e Laval, ao falarem longamente sobre o papel da educação informal na constituição do sujeito neoliberal, por diversas vezes colocaram a escola neoliberal, como um dos fatores decisivos do funcionamento dos processos de subjetivação dessa nova sociedade empresarial, a educação formal na figura da escola neoliberal cumpre também esse mesmo papel. Essa assertiva se dá pela compreensão e constatação de que, de fato, a escola neoliberal perfaz um modelo escolar que considera a educação como um bem privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico. Nesse âmbito, “não é a sociedade que garante a todos os seus membros um direito à cultura, são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade” (LAVAL, 2004, p. XII).

Essa privatização da educação modifica o sentido do saber, das instituições transmissoras dos valores e dos conhecimentos e as próprias relações sociais. O objetivo agora é formar o sujeito neoliberal, tendo por objetivo sua formação de empreendedor pautada na concorrência. A outra face da privatização escolar é a minimização dos seus custos consentidos pelos orçamentos públicos, bem como a transferência de vários de seus encargos para as famílias. Todas essas modificações com as despesas educativas devem ser rentáveis, pois, a escola agora se destina à satisfação das empresas que se utilizam do “capital humano”:

A escola, na concepção republicana, era o lugar que devia contrabalançar as tendências dispersivas e econômicas de sociedades ocidentais cada vez mais marcadas pela especialização profissional e a divergência de interesses particulares. Ela era principalmente voltada à formação do cidadão, mais do que à satisfação do usuário, do cliente, do consumidor. O que acontece, inversamente, [...] essa escola é cada vez mais questionada pelas diferentes formas de privatização e [...] ela se reduz a produzir um “capital humano” para manter a competitividade das economias regionais e nacionais [...] (LAVAL, 2004, p. XII).

Seguindo a cartilha da generalização empresarial do neoliberalismo, “[...] na nova ordem educativa que se delinea, o sistema educativo está [também] a serviço de competitividade econômica, está estruturado como um mercado, deve ser gerido ao modo das empresas” (LAVAL, 2004, p. 361). Esse sistema educativo nega o que está no princípio da educação pública, ou seja, a apropriação universal de formas simbólicas e de conhecimentos necessários ao julgamento e ao raciocínio. No lugar desse princípio



republicano, o sistema educativo neoliberal faz valer “aprendizados dóceis às empresas e voltados para a satisfação do interesse privado. Quem mais é em nome da ‘igualdade de chances’, instaura uma lógica mercantil que consolida e mesmo intensifica as desigualdades existentes” (LAVAL, 2004, p. XXI).

O novo modelo escolar e educativo neoliberal se fundamenta “na sujeição mais direta da escola à razão econômica” (LAVAL, 2004, p. 3). Dependente de certo “economicismo”, conduz a educação e todos os seus integrantes, alunos, professores, gestores etc., a prestarem serviço às empresas e à economia. O novo ideal pedagógico é a formação de alunos empresários de si, em concorrência com outros alunos empresários, para responder à necessidade de mão de obra de uma economia empresarial:

Uma dupla transformação tende a redefinir a articulação da escola e da economia em um sentido radicalmente utilitarista: por um lado, a concorrência desenvolvida no seio do espaço econômico tornado mundial; por outro lado, o papel cada vez mais determinante da qualificação e do conhecimento na concepção da escola, fizeram da competitividade o axioma dominante dos sistemas educativos: “a competitividade econômica” é também, a competitividade do sistema educativo (LAVAL, 2004, p. 3).

A educação não apenas traz uma contribuição essencial à economia, mas também, na sociedade empresarial, ela é totalmente submetida à lógica econômica. “Desse modo, é considerada como uma atividade que tem um custo e um rendimento e cujo produto é assimilável a uma mercadoria” (LAVAL, 2004, p. 3). Nesse âmbito, há uma perda progressiva da autonomia da escola, que é acompanhada por uma valorização da empresa erigida em ideal normativo. Assim, passa a se impor a necessidade

[...] de uma maior implicação do setor privado nos sistemas de educação e/ou de formação profissional e na formulação das políticas de educação e de formação, para dar conta das necessidades do mercado e das circunstâncias locais, sob a forma, por exemplo, de se encorajar a colaboração das empresas com o sistema de educação e formação e a integração, pelas empresas, da formação contínua nos seus planos estratégicos (LAVAL, 2004, p. 5).

As reformas impostas à escola, no neoliberalismo, vão se guiar pela preocupação com a competição econômica entre sistemas sociais e educativos e pela adaptação às condições sociais e subjetivas da mobilização econômica geral, diz Laval (2004, p. 12). São reformas sempre orientadas para a competitividade, buscando melhorar a produtividade econômica. Em consequência, vai-se ter que “a padronização dos objetivos e dos controles, a descentralização, a mutação do ‘gerenciamento educativo’, a formação dos docentes são, essencialmente, reformas ‘centradas na produtividade’” (LAVAL, 2004, p. 12).



A escola passa, então, a ser vista como uma empresa e a funcionar como tal, onde devem imperar os princípios de eficácia, o controle dos custos e, tendenciosamente, o controle ideológico: “[...] a escola é, cada vez mais, vista como uma empresa entre outras, compelida a seguir a evolução econômica e a obedecer às restrições do mercado” (LAVAL, 2004, p. 13). Então, a eficácia, os mecanismos de mercado e os métodos de gestão, inspirados na lógica empresarial, passam a nortear o funcionamento da escola (cf. LAVAL, 2004, p. 13).

Essa mutação educacional deve ser compreendida no quadro geral das transformações do capitalismo desde os anos 1980, momento de fortalecimento do neoliberalismo, afirma Laval (2004, p. 15), indicando os principais dados históricos desse período: mundialização das trocas; financeirização das economias; desengajamento do estado; privatização das empresas públicas e transformação dos serviços públicos em quase-empresas; expansão dos processos de mercantilização ao lazer e à cultura; mobilização geral dos assalariados em uma guerra econômica geral; questionamentos das proteções aos assalariados; e, sujeição à disciplina pelo medo do desemprego.

Laval (2004) não vê essa transformação do capitalismo simplesmente como uma crise passageira, mas sim propriamente como uma mutação do capitalismo. Para este autor, o capitalismo aposta no “enfraquecimento de tudo o que faz contrapeso ao poder do capital e de tudo que, institucionalmente, juridicamente, culturalmente, limita sua expansão social” (LAVAL, 2004, p. 15). Houve uma transformação radical no exercício do poder do neoliberalismo, na qual

todas as instituições, muito além da economia, foram afetadas incluindo a instituição da subjetividade humana: o neoliberalismo visa à eliminação de toda “rigidez”, inclusive psíquica, em nome da adaptação às situações as mais variadas que o indivíduo encontra, tanto no seu trabalho quanto na sua existência. A economia foi colocada, mais do que nunca, no centro da vida individual e coletiva, sendo os únicos valores sociais legítimos os da eficácia produtiva, da mobilidade individual, mental e afetiva e do sucesso pessoal. Isso não pode deixar de afetar a educação (LAVAL, 2004, pp. 14-15).

Conclusão

Foi vista a importância dos processos de subjetivação na sociedade empresarial e a educação informal e a educação formal como um dos dispositivos mais potentes no processo da formação empreendedora. Diante desse quadro extremamente complexo, e que tem uma centralidade nos processos de subjetivação, é possível compreender que a



figura da “empresa de si” foi construída pouco a pouco numa dinâmica de combinação dos seguintes fatores: a concepção psicológica do ser humano; a nova norma econômica da concorrência; a representação do indivíduo como “capital humano”; a coesão da organização pela “comunicação”.

O sujeito neoliberal com suas paixões, seus desejos, interesses e suas normas morais são conduzidos, no sentido de condução de conduta foucaultiano, a quererem o que quer o sistema como se fosse o próprio sujeito a desejar. O fim último e maior é a vitória, conseguida à custa de concorrência e competição, indivíduo contra indivíduo, com uma ausência total de qualquer ideia de coletividade. Os estímulos são incentivo, recompensa, punição e responsabilização, em um conjunto de técnicas de diagnóstico e “ortopedia psíquica”, no campo educacional, profissional e familiar, integrado ao dispositivo de eficácia da sociedade neoliberal, na qual a educação é primordialmente capital humano para o preparo do homem-empresa, seja a educação informal, seja a educação formal.

Referências

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal; tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. (Estado de sítio).

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.



MARINHO, Cristiane. O SUJEITO NEOLIBERAL E A EDUCAÇÃO COMO CAPITAL HUMANO. **Kalagatos**, Fortaleza, Vol.16, N.2, 2019, p. 25-40.

Recebido: 07/2021
Aprovado: 08/2021

